

# PEC deve ser apresentada até terça

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do orçamento da União de 2023, confirmou ontem que deve protocolar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição até terça-feira. É a primeira vez que o autor da PEC se compromete com uma data para apresentar o texto.

“Os dois grandes desafios que temos para que o país continue funcionando são a aprovação da PEC do Bolsa Família (*da transição*) e o orçamento do próximo ano. Para que possamos focar na elaboração do orçamento de 2023, precisamos que a PEC seja aprovada no Senado e na Câmara, até o dia 10 de dezembro”, escreveu Castro, em rede social.

E emendou: “Até a próxima terça-feira (29), irei protocolar o texto da PEC para darmos celeridade à aprovação da matéria nas duas Casas e garantirmos a continuidade do pagamento dos R\$ 600 do Bolsa Família e mais 150 reais por criança de até 6 anos de idade!”

Apesar de atualmente o valor

da parcela do programa social ser de R\$ 600 por pagamento, em média, essa quantia está prevista para cair para R\$ 405, conforme o orçamento elaborado para 2023 pelo governo Jair Bolsonaro.

Antes do anúncio de Castro, havia só a expectativa reiterada de que a PEC seria apresentada no Congresso “em breve”, principalmente por causa de deputados e senadores petistas que vêm apontando prazos em várias ocasiões, quando entram e saem do Centro Cultural Banco do Brasil, sede do governo de transição em Brasília.

## Ministro

Ainda ontem, um dos parlamentares do núcleo duro do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, Jaques Wagner (PT-BA), sustentou que a nomeação do futuro ministro da Fazenda poderia facilitar a tramitação da PEC.

– O que falta mais, por enquanto, é o ministro da Fazenda – respondeu Wagner ao ser ques-

tionado sobre a necessidade de um articulador entre o governo eleito e o Congresso.

Wagner disse que se reunirá com Lula, hoje, em São Paulo, para discutir nomes para a Fazenda e tratar sobre a PEC.

Horas depois, a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, rebateu Wagner:

– Não vejo isso, articulação política se dá no Congresso independentemente de quem é o ministro. Temos de respeitar o tempo do presidente Lula. Não sei por que essa ansiedade toda. Está faltando articulação política no Senado, por isso acho que travamos na PEC. Não é falta de ministro.

Um dos cotados para a pasta é Fernando Haddad. Conforme apuração do jornal O Estado de S. Paulo, Haddad poderia fazer dupla com o economista Pêrsio Arida, e foi escalado por Lula para representá-lo, hoje, em evento anual de dirigentes de bancos na Febraban.

\*Colaborou: Samantha Klein

## Novidades sobre o impasse do prazo

• Ao longo do dia de ontem, cresceu no Senado a negociação para que a PEC da Transição fixe prazo de dois anos para o Bolsa Família ficar fora do teto de gastos – a regra que limita o crescimento das despesas do governo à inflação do ano anterior.

• Originalmente, a minuta da PEC previa que o programa social ficaria fora do teto de gastos de forma permanente.

• Agora, aliados do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, usam estudos da Consultoria Legislativa do Senado para argumentar que a validade mínima da medida na PEC precisa ser de dois anos.

• Técnicos do Senado consultados por articuladores da PEC disseram que deixar o Bolsa Família fora do teto apenas em 2023 criaria impasse na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, que precisa ser enviada ao Congresso até abril.

• Por isso, na visão dos consultores, o ideal é a validade da medida por dois anos, o que daria tempo para se discutir a mudança na âncora fiscal do país (hoje é o teto de gastos), algo defendido pelo governo eleito.

• Parlamentares do centro, por outro lado, defendem a validade só em 2023 para manter a possibilidade de barganha política com o governo no próximo ano. Já senadores mais ligados ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), articulam para fechar o prazo em dois anos. Pacheco chegou a dizer a Lula, na COP27, recentemente realizada no Egito, que apoiaria a validade por quatro anos, mas não encontrou clima para aprovar o texto dessa forma na Casa.

• Além do impasse sobre o prazo, há senadores que propõem valores menores fora do teto de gastos ou a ampliação da âncora fiscal. O texto original do governo eleito previa R\$ 200 bilhões fora do teto, em 2023.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Seção:** Divergências na Transição **Página:** 16